

**ENSINO SOBRE HISTÓRIA SOCIOCULTURAL AFRICANA E DOS AFRO-DESCENDENTES: RELATO DE NOVAS PRÁTICAS EM ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL, OCARA, CEARÁ**

**TEACHING AFRICAN AND AFRO-DESCENDANT SOCIOCULTURAL HISTORY: REPORT OF NEW PRACTICES IN AN ELEMENTARY SCHOOL, OCARA, CEARÁ**

**ENSEÑANZA DE LA HISTORIA SOCIOCULTURAL AFRICANA Y DE LOS AFRODESCENDIENTES: INFORME DE NUEVAS PRÁCTICAS EN UNA ESCUELA DE EDUCACIÓN PRIMARIA, OCARA, CEARÁ**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n11-026>

**Data de submissão:** 04/10/2025

**Data de publicação:** 04/11/2025

**Aldemiza Correia da Silva**

Mestra em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis

Instituição: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

E-mail: [aldemizacorreia2020@yahoo.com](mailto:aldemizacorreia2020@yahoo.com)

**Amarildo Pereira da Silva**

Mestre em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis

Instituição: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

E-mail: [amarildopereirah2o@gmail.com](mailto:amarildopereirah2o@gmail.com)

**Geranilde Costa e Silva**

Doutora em Educação, Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em  
Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis

Instituição: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

E-mail: [geranildecosta@unilab.edu.br](mailto:geranildecosta@unilab.edu.br)

**Meiriane da Silva Pinheiro**

Mestra em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis

Instituição: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

**Artemiza Maria Correia da Silva**

Mestranda em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis

Instituição: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

E-mail: [correiaartemiza@gmail.com](mailto:correiaartemiza@gmail.com)

**Ana Luiza de Oliveira Castro**

Mestranda em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis

Instituição: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

E-mail: [analuizacastro@aluno.unilab.edu.br](mailto:analuizacastro@aluno.unilab.edu.br)

**Maria Letícia Ferreira Soares**

Mestranda em História e Letras

Instituição: Universidade Estadual do Ceará (UECE)

E-mail: leticiafer688@gmail.com

**Joaquim Silva Pereira**

Mestrando em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis

Instituição: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

E-mail: joaquimsilpper@gmail.com

**Iranilda Pereira dos Santos**

Especialista em Educação Infantil e Ensino Fundamental

Instituição: FMB

E-mail: iranildageo@gmail.com

**Sílvia Priscila Lima Ferreira**

Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa e Inglesa

Instituição: PROMINAS

E-mail: priscilal564@gmail.com

**Zulene Maria Maia da Silva**

Especialista em Docência do Ensino Superior

Instituição: Centro Universitário Única (FUNIP)

E-mail: zulenemariamaia12@gmail.com

## RESUMO

Este trabalho relata sobre a importância da formação continuada para professores e sobre a necessidade de se ofertar, no ensino superior, disciplinas que tratem das temáticas sociais transversais obrigatórias. Tem como objetivo geral relatar, com análise crítica, uma experiência exitosa realizada em escola de ensino fundamental, na cidade de Ocara, Ceará, orientada a partir de discussões e estudos teóricos ministrados na disciplina de História Sociocultural Africana e dos Afro-descendentes, no curso de Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (PPGSTS), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), na qual percebemos que, ainda que a lei nº 11.645/2008 estabeleça como obrigatório o Estudo da História e Cultura Indígena e Afro-brasileira no currículo oficial de ensino, com destaque para as áreas de História, Educação Artística e Literatura e História brasileira, a temática ainda não recebia a ênfase que merece e pouco conseguia ser discutida como um tema transversal e interdisciplinar. E como tantas outras temáticas importantes para a qualidade de vida da sociedade, o racismo é um tema que precisa ser abordado junto à Educação formal no sentido de se reverter práticas desumanas. A experiência didática, na escola, mostrou-se interessante para os/as discentes, levantando diversos debates e promovendo o protagonismo juvenil, por meio da exploração do gênero textual Seminário, proposto pelo livro didático e adaptado aos temas e necessidades discursivas da turma.

**Palavras-chave:** Racismo. Currículo. Transversalidade. Ocara-Ce.

## ABSTRACT

This paper reports on the importance of continuing education for teachers and the need to offer, in higher education, courses that address mandatory cross-cutting social themes. Its main objective is to critically analyze and report a successful experience carried out in an elementary school in the city of Ocara, Ceará, based on discussions and theoretical studies conducted in the course *African and Afro-Descendant Sociocultural History*, part of the Academic Master's Program in Sociobiodiversity and Sustainable Technologies (PPGSTS) at the University for International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB). The study reveals that, although Law No. 11.645/2008 establishes the mandatory inclusion of Indigenous and Afro-Brazilian History and Culture in the official curriculum—particularly in History, Arts Education, and Brazilian Literature and History—this topic still does not receive the emphasis it deserves and is rarely addressed as a transversal and interdisciplinary theme. Like many other subjects relevant to improving social well-being, racism must be addressed within formal education in order to help reverse inhumane practices. The didactic experience in the school proved to be engaging for the students, sparking multiple debates and promoting youth protagonism through the exploration of the *seminar* as a textual genre, proposed by the textbook and adapted to the themes and discursive needs of the class.

**Keywords:** Racism. Curriculum. Transversality. Ocara-Ce.

## RESUMEN

Este trabajo aborda la importancia de la formación continua para los docentes y la necesidad de ofrecer, en la educación superior, asignaturas que traten las temáticas sociales transversales obligatorias. Tiene como objetivo general relatar, con análisis crítico, una experiencia exitosa realizada en una escuela de educación primaria en la ciudad de Ocara, Ceará, basada en discusiones y estudios teóricos desarrollados en la asignatura *Historia Sociocultural Africana y de los Afrodescendientes*, del curso de Maestría Académica en Sociobiodiversidad y Tecnologías

Sostenibles (PPGSTS), de la Universidad de la Integración Internacional de la Lusofonía Afrobrasileña (UNILAB). El estudio revela que, aunque la Ley nº 11.645/2008 establece como obligatoria la enseñanza de la Historia y Cultura Indígena y Afrobrasileña en el currículo oficial—con énfasis en las áreas de Historia, Educación Artística y Literatura e Historia Brasileña—, la temática aún no recibe la atención que merece y pocas veces se aborda como un tema transversal e interdisciplinario. Al igual que otras temáticas importantes para la calidad de vida de la sociedad, el racismo es un tema que debe ser tratado dentro de la Educación formal, con el fin de revertir prácticas inhumanas. La experiencia didáctica en la escuela resultó interesante para los/as estudiantes, generando diversos debates y promoviendo el protagonismo juvenil mediante la exploración del género textual *seminario*, propuesto por el libro didáctico y adaptado a los temas y necesidades discursivas del grupo.

**Palabras clave:** Racismo. Currículo. Transversalidad. Ocara-Ce.

## 1 INTRODUÇÃO

Faz-se urgente a implementação de políticas públicas com bases filosóficas voltadas para a liberdade e evolução da diversidade humana. O direito de ser diferente não carece de tolerância, e sim, de respeito. E como tantas outras temáticas importantes para a qualidade de vida da sociedade, o racismo é um tema que busca o apoio da Educação formal para reverter os tristes resultados atuais. Já avançamos muito e quebramos barreiras que pareciam intransponíveis. Mas ainda há muito a ser ajustado. Acreditamos na Educação como caminho e ferramenta para o processo de transformação de hábitos, valores e cultura de um povo.

O acesso ao Ensino superior, por sua vez, amplia a capacidade de multiplicação das ações em prol de uma sociedade mais justa e igualitária. Prova disto é a transformação na visão de docentes e suas novas atitudes motivadas pelos conhecimentos adquiridos no curso de Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), no qual é ofertado o componente curricular HISTÓRIA SOCIOCULTURAL AFRICANA E DOS AFRO-DESCENDENTES, que traz à luz desafios e dores importantes, provoca a reflexão de práticas racistas que ocorrem no dia a dia do/a brasileiro/a, que não são sentidos por todos/as, mas que devem ser compartilhados e amenizados (não minimizados) em ação conjunta.

Assim, este trabalho objetiva relatar experiências implementadas na turma de oitavo ano, em escola fundamental, em Ocara-Ce, a partir das novas percepções e ações fomentadas pelas discussões a respeito das Práticas pedagógicas brasileiras em relação às culturas africana e afro-brasileira, na disciplina supracitada. Discussão essa que consideramos importante, uma vez que, mesmo o Brasil sendo o resultado da miscigenação cultural, linguística e étnica, o preconceito e o racismo encontram solo fértil para aflorar e crescer com vigor. Contradicoriatamente, temos décadas de diálogos, campanhas e debates com temáticas fomentadoras do respeito às diversidades, entretanto os números de casos racistas só aumentaram nos últimos anos.

## 2 METODOLOGIA

Metodologicamente, o presente estudo foi baseado na abordagem qualitativa, que conforme destacado pela socióloga e pesquisadora Minayo (2004, p. 22), este tipo de abordagem [...] “trabalha com uma realidade que não pode ser apenas quantificada, porque essa realidade possui um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”. Entendemos que este tipo de abordagem valoriza dois movimentos que consideramos importantes para o desenvolvimento de pesquisas em ensino: o investigativo e o formativo, pois contribuem para

desenvolvimento e o fortalecimento de práticas educativas comprometidas com a transformação da realidade dos sujeitos.

Neste estudo, desenvolvemos a pesquisa a partir do método estudo de caso, articulando como estratégias de aproximação com a realidade: a revisão de literatura e a observação participante.

As etapas de desenvolvimento efetivadas foram: revisão de literatura, leitura de notícias sobre racismo, e análise crítica dos documentos, resoluções e programas voltados para o ensino de História e Cultura Indígena e Afro-brasileira.

A partir dos estudos realizados na componente curricular História Sociocultural Africana e dos Afro-descendentes e das reflexões da nossa prática docente, articulamos junto ao Instituto Educacional Maria Áurea (IEMA) a implementação da lei nº 11.645/2008 que estabelece como obrigatório o Estudo da História e Cultura Indígena e Afro-brasileira como tema a ser abordado na feira dos saberes da escola.

### **3 DISCUSSÃO TEÓRICA**

#### **3.1 A PERGUNTA QUE NÃO PODE CALAR: “EXISTE RACISMO NO BRASIL?”**

De acordo com o site da gazeta esportiva, atletas futebolistas reconhecidos sofreram, nos últimos anos com o racismo: o atacante Allano<sup>1</sup>, foi alvo de mensagens ofensivas nas redes sociais; Francis acusou o zagueiro Antônio Carlos, do Avaí, de disparar ofensas racistas; o zagueiro Paulão sofreu no reencontro com a torcida tricolor, que imitou sons de macaco enquanto o jogador passava; Diego Maurício foi vítima de injúrias raciais; Assim como Daniel Alves, Roberto Carlos também foi insultado com uma banana jogada das arquibancadas. Estes são apenas alguns exemplos dentre tantos publicados na mídia.

Tomamos o futebol como base para exemplificar porque é o esporte mais querido do brasileiro. Agora analisemos que: estamos falando do esporte mais querido, somos um país com ampla miscigenação, estamos há décadas insistindo no diálogo da tolerância, e ainda assim, indivíduos consideram razoável xingar um profissional, bem sucedido, em um estádio lotado, diante das mídias, sem receio de punição, por conta da diferença de cor/etnia. Imaginemos, então, o que passam milhares de brasileiros, pobres, em ambientes não televisivos.

Existe racismo no Brasil? “Sem dúvida, o mito da democracia racial ainda aparece inconsciente em boa parte da sociedade brasileira” (FRANCISCO JR., 2008, p. 402). Esse discurso

---

<sup>1</sup> <https://www.gazetaesportiva.com/times/cruzeiro/atacante-allano-e-alvo-de-injuria-racial-em-rede-social/>

de igualdade social, étnico-racial vem se perpetuando desde o início do XX, usando como justificativa o discurso do processo histórico da miscigenação de raças dos povos brasileiros, relatando que vivem em harmonia sem haver atos discriminatórios. Entretanto, não é isso o que nos mostram os dados sobre a violência contra a população negra.

E quando acreditamos que algumas décadas de discussão a respeito do assunto foram suficientes para diminuir os números da prática do racismo, uma vez que o diálogo é um meio eficiente para conscientização, deparamo-nos com notícias veiculadas pela Globo.com e pelo Observatório de Discriminação Racial, informando que:

#### NOTÍCIA 1<sup>2</sup>

Dados revelados durante o Seminário de Combate ao Racismo e à Violência no Futebol, nesta quarta-feira (24), na sede da CBF, no Rio de Janeiro, mostraram que os casos de racismo no futebol brasileiro em 2022 já se igualaram os de 2021. Assim como no ano passado, foram contabilizados 64 casos de preconceito racial nos estádios brasileiros nos oito primeiros meses deste ano.

#### NOTÍCIA 2

Cada vez mais os jogadores estão entendendo que ser xingado de macaco dentro de campo por colegas ou pela torcida não faz parte do futebol - comentou Marcelo Carvalho, diretor do Observatório de Discriminação Racial.

Portanto, podemos perceber que os números representam uma tomada de consciência e atitude de denúncia daqueles que sofrem com os atos de racismo. Ou seja, comportamentos agressivos, antes considerados “normais” em disputas acaloradas, agora são melhor compreendidos como a intenção de agredir e difamar, por meio de injúria racial.

Dentro deste contexto e enquanto alunos/as do Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), interessamo-nos por cursar a componente curricular **HISTÓRIA SOCIOCULTURAL AFRICANA E DOS AFRO- DESCENDENTES**, buscando assim compreender melhor sobre A história e cultura da África e dos afrodescendentes, tendo esta a seguinte ementa:

A história e cultura da África e dos afrodescendentes, bem como a luta dos negros nas Américas, priorizando conhecer sua cultura e sua formação em nossa sociedade. Assim, busca-se abordar temas referentes à cultura afro-brasileira, relacionando aspectos religiosos, literários e culturais da Africanidade. (MASTS/UNILAB, 2022)

<sup>2</sup> <https://ge.globo.com/rj/futebol/noticia/2022/08/24/casos-de-racismo-no-futebol-brasileiro-em-2022-igualam-numero-de-todo-o-ano-passado.ghtml>

De modo que, aqui, trazemos alguns aprendizados obtidos junto a citada componente e que puderam ser agregados a nossa formação e prática docente, em destaque para a noção de Apagamento de memórias do racismo , ambiente escolar e a lei nº 11.645/2008.

De acordo com estudos realizados por Silva (2019), apesar do racismo representar sofrimento que podem gerar Transtorno de Estresse Pós-Traumático, não tem recebido a devida atenção pelos especialistas no assunto, sendo de suma importância conhecer que outros processos o racismo pode provocar na mente da população negra, impedindo que esta consiga assumir sua negritude e obtenha sucesso junto à aprendizagem escolar.

O termo “Apagamento de memórias do racismo” foi usado em seu estudo para retratar o fenômeno em que docentes pretos em processo formativo abordando a educação para as relações étnico raciais, e assim, inicialmente diziam não se lembrar de ter passado por situação de racismo.

No entanto, à medida que o grupo trabalhou conceitos referentes à temática das africanidades, as lembranças tanto de vítimas quanto de agressores vieram à tona. Este experimento corrobora sobre a necessidade de se evidenciar constantemente no meio educacional as dificuldades psicológicas pelas quais passam os/as afrodescendentes brasileiros/as todos os dias em função do racismo, cabendo compreender que: “Dessa forma, avançar nesses estudos sobre o racismo é, de um lado, compreender, como este se manifesta ou se propaga em nossa sociedade. E de outro, entender que prejuízos o racismo pode causar em nível psicológico, cerebral e cognitivo” (SILVA, 2019, p. 92).

Entende-se que a violência étnico-racial é resultado de uma distorção histórica pela qual passaram as pessoas negras e que se perpetua até os dias atuais, segundo Santos (2005) sobretudo o racismo, obstaculiza a ascensão social e econômica da população afrodescendente. Dessa maneira, é importante desenvolver políticas de ações afirmativas, pois não podemos esperar que esta opressão desapareça por si. Por isso, Freire defende um combate ao “imobilismo subjetivista que transformasse o ter consciência da opressão numa espera paciente de que um dia a opressão desapareceria por si mesma” (FREIRE, 2005, p. 40). Diante de tais apontamentos, e com muita luta do movimento negro é que em 2003 foi sancionada a lei nº 10.639/2003 que tornava obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira nas escolas de educação básica, públicas e privadas do Brasil, sendo a primeira lei nacional no âmbito da educação que apresentou forte enfrentamento ao racismo.

Desta forma, a lei nº 10.639/2003 provocou alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9394/1996), sendo, posteriormente, complementada pela lei nº 11.645 que tornou obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nas instituições de educação básica, públicas e privadas, merecendo destaque o Art . 26A em que diz:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (BRASIL, 2008)

Apesar da lei nº 11.645 estabelecer como obrigatório o Estudo da História e Cultura Indígena e Afro-brasileira no ensino fundamental e médio, com destaque às áreas de História, Educação Artística e Literatura, a temática ainda não recebe a ênfase que merece e pouco consegue ser discutida como um tema transversal e interdisciplinar, portanto, o ensino de conteúdos étnico raciais não perpassam todo o currículo escolar. Contudo, a temática é exaltada apenas por ocasião de data específica, como no caso de 20 de novembro (Dia da consciência negra), quando as escolas desenvolvem atividades relacionadas ao tema, como, palestras, danças e atividades culturais. Além disso, ainda existem opiniões, na escola, que argumentam que debater sobre o racismo não é obrigação para educação formal, de modo que seguem: “atribuindo tal prática aos militantes políticos, sociólogos e antropólogos. No entanto, faz-se necessário debulhar estas questões que fazem parte do complexo processo de formação humana dentro do contexto escolar” (CESAR et al, 2021).

Diante de tais fragilidades e limitações, apontamos algumas estratégias de enfrentamento que podem ser adotadas por todas as componentes curriculares, inclusive para formação de professores/as, como: a) Palestras sob a forma de diálogo participativo; b) Por meio do currículo, adotar práticas discursivas que permitam a fragilização das estruturas rígidas e tradicionais; c) Fazer uma releitura dessa ciência ocidental; e d) Produção de cartilhas, vídeos, blog e curso de extensão, dentre outras. Desta forma, logo abaixo apresentamos.

### 3.2 UM NOVO OLHAR SOBRE AS PRÁTICAS DOCENTES DOS MESTRANDOS MASTS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Durante as discussões promovidas pela disciplina HISTÓRIA SOCIOCULTURAL AFRICANA E DOS AFRO-DESCENDENTES, começamos analisar e a refletir a frequência com que esses debates são promovidos em nossas salas de aula e notar, inclusive, que os materiais didáticos não reforçam a importância da lei nº 11.645, cabendo à iniciativa particular de cada docente fomentar a discussão e trazer a temática à evidência. Assim, como primeiro passo colocamos no planejamento da Feira de Saberes, do Instituto Educacional Maria Áurea (IEMA), abordagem sobre temas importantes, previstos em lei, que deveriam ser contemplados na programação da citada feira. Segue logo abaixo o Slide parte da apresentação em reunião pedagógica para planejamento do citado evento.

Figura 1



Fonte: autores.

À continuação, sugerimos que na abertura do referido evento fosse dada ênfase às culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas.

Durante as aulas de Língua Portuguesa, na explanação e aprofundamento dos gêneros textuais Artigo expositivo e Seminário, selecionamos os temas, os/as aprendentes escolheram seus objetos de apresentação de seminário de acordo com suas afinidades e marcamos as datas para apresentação.

À medida que iam preparando suas apresentações, enviavam para o contato de whatsapp, pois usamos as ferramentas digitais para avançar no processo de ensino- aprendizagem, tirar dúvidas e adiantar ajustes em relação à ortografia, concordância, semântica dentre outros, sempre que possível. Por meio desta ferramenta também armazenamos todas as apresentações, de modo

que necessita apenas o uso do computador da professora, evitando manuseio de *pendrives* ou conexões incompatíveis.

Figura 2



Fonte: autores e alunos/as.

Incentivamos e promovemos o uso de tecnologias digitais com orientação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e BNCC Computacional, que definem o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens e habilidades que devem ser comuns a todos os estudantes de Educação Básica do país, incluindo habilidades computacionais. A partir de 2020 exige-se da escola que 10 (dez) competências gerais sejam trabalhadas para que a escola consiga cumprir seu objetivo de formação do indivíduo ativo e integrado ao meio social. Entre as essas 10 (dez) competências, as 03 (três) seguintes deixam bem claro a importância de a escola acompanhar os avanços tecnológicos dando ao aluno equidade para o uso e apropriação das ferramentas digitais para seu desenvolvimento social:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social e cultural para entender e explicar a realidade (fatos, informações, fenômenos e processos linguísticos, culturais, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos e naturais), colaborando para a construção de uma sociedade solidária.
4. Utilizar conhecimentos das linguagens verbal (oral e escrita) e/ou verbo-visual (como Libras), corporal, multimodal, artística, matemática, científica, tecnológica e digital para expressar-se e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e, com eles, produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Utilizar tecnologias digitais de comunicação e informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas do cotidiano (incluindo as escolares) ao se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas. (BNCC, 2017. p. 9)

A primeira habilidade geral aborda sobre a necessidade de o aluno dominar os conhecimentos em diferentes áreas e saber usá-los em prol de uma sociedade solidária, colocando-o, assim como sujeito ativo no processo de construção social; A habilidade de número quatro, mais voltada para as linguagens, considera importante o conhecimento e domínio de diferentes códigos em distintos contextos para a promoção do entendimento mútuo e inclusivo; A quinta habilidade avança para o uso das tecnologias de comunicação e informação de modo crítico e protagonista, em que a comunicação estará a serviço do aluno para auxiliar em seu crescimento pessoal e profissional ao passo que ele contribui para a evolução social.

De acordo com a redação das competências gerais da BNCC, o indivíduo deve conhecer, respeitar e apreciar tanto a si próprio como aos outros e ao meio onde está inserido, beneficiando-se dos conhecimentos para construção de uma sociedade mais justa, democrática e sustentável.

No entanto, há nessa discussão um cuidado a ser tomado a respeito da exclusão digital, que também acaba atingindo a população negra com maior intensidade. Durante a pandemia causada pelo Covid-19, tivemos amplo conhecimento sobre o tema. Em estudo a respeito desta segregação, Ferreira (2020, p. 18) relata sobre a tentativa de inclusão digital para os menos favorecidos que trata-se de “inclusão precária, instável e marginal”. Esta dificuldade de acesso às tecnologias pela população negra e pobre é o reflexo, não do acaso, mas de decisões políticas sobre a implementação de tecnologias, garantia de acesso à internet e à informação, que deveriam acontecer enquanto direitos essenciais para todos”.

### 3.3 APRESENTAÇÕES DOS SEMINÁRIOS E ANÁLISE DISCURSIVA

Os temas dispostos para as apresentações foram inicialmente colocados em lista a ser preenchida junto com os alunos/as. Iniciamos propondo sobre Meio Ambiente, História Africana, História Indígena, Saúde Mental, Feminismo e Alimentação e Saúde. Como eram 13 apresentações, escolhemos juntos os demais temas que foram: Comunicação, Esportes, Padrões Sociais, Artes, Diversidade.

Alguns temas foram mais propícios para discussões, enquanto outros permaneceram na situação de apreciação devido às escolhas e postura dos/as apresentadores/as, que apesar do incentivo não exploraram o tema e suas potencialidades discursivas.

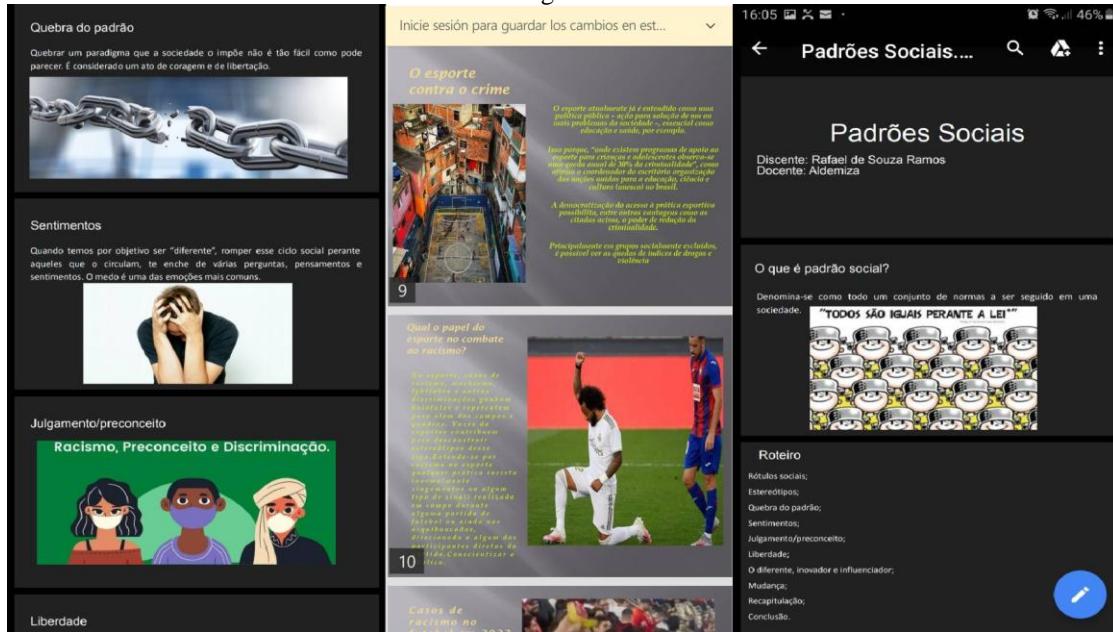
Figura 3



Fonte: produção dos alunos (9º ano - IEMA)

As apresentações, por serem os resultados dos gêneros estudados, constituíam parte da nota parcial, bem como as participações nos debates e auxílio para os colegas antes e durante o seminário. A esta nota também se somam todas as atividades apresentadas durante o bimestre, a participação efetiva em sala, as colocações da autoavaliação e as inclinações de transformação comportamental, uma vez que acreditamos que o valor discente está muito além da avaliação escrita e que seus valores se apresentam na tomada de consciência do erro e seu empenho em tentar ser melhor nas diversas áreas, desde a concentração para melhor compreensão do conteúdo e, principalmente, em suas relações e cooperações sociais.

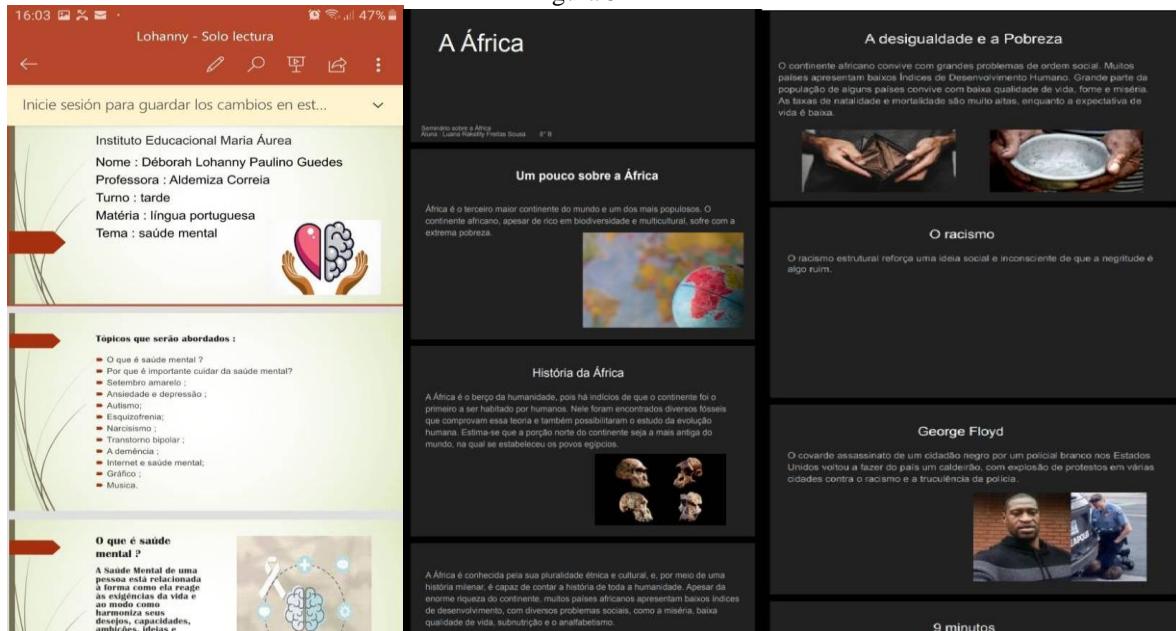
Figura 4



Fonte: produção dos alunos (9º ano - IEMA)

Aproveitamos a exposição dos temas para explorar os pontos sensíveis, incentivando a fala livre e dando atenção especial aos casos que se mostravam pessoais, praticando a escuta e a empatia, deixando claro que todos somos vulneráveis a situações semelhantes e que devemos respeitar as diferenças, independentemente de crença, posicionamento político e etc.

Figura 5



Fonte: produção dos alunos (9º ano - IEMA)

**ISSN:** 2358-2472

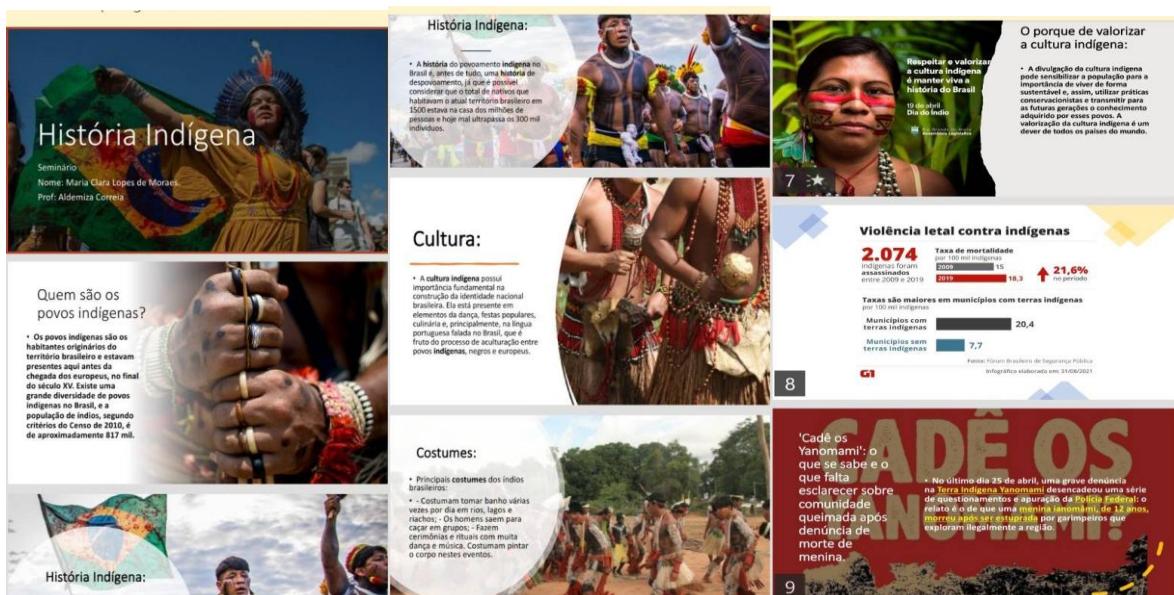
Os principais documentos norteadores da Educação institucional brasileira apontam para a necessidade da modernização e integração curricular do ensino, para que o aprendente tenha a habilidade de participar do meio em que está inserido, compreendendo em sua totalidade e com autonomia para intervir. Para tanto, há que se ultrapassar o desafio das velhas práticas, como ressaltam os autores:

A prática interdisciplinar, ao mesmo tempo que se faz necessária, apresenta-se como um desafio aos contextos de educação formal, nos variados níveis de ensino, tendo em vista a tradição disciplinar que se constitui como uma forte referência e que tem como principais marcas: a descontextualização dos fenômenos e a fragmentação do conhecimento, dos modos de pensar e dos próprios sujeitos, impactando de forma negativa a capacidade de analisar coletivamente os problemas vivenciados nos diversos contextos e de neles intervir. (QUADÉ, MARTINS, COSTA, 2020, p. 93)

Deste modo, dentre os câmbios, espera-se que haja Formação Docente para que o sistema de organização individual de planejamento se abra para a educação cooperativa e interativa, realizando-se atividades múltiplas com temas transversais e abordados por várias disciplinas simultaneamente no intuito de resolver problemas e que haja transferência de

métodos. “O cotidiano das escolas se apresenta de maneira plural e desafiadora. O professor comprometido com a aprendizagem significativa de seus estudantes busca maneiras de fazer, escolhe a melhor forma de tornar algo abstrato em conhecimento concreto”(MARTINS, 2014, p. 158).

Figura 6



Fonte: produção dos alunos (9º ano - IEMA)

Deste modo, finalizamos nossas atividades sobre o gênero textual Seminário, explanando sobre a estrutura, organização, características e função social do gênero; trabalhamos aspectos linguísticos como a oralidade, linguagem corporal e postura, ritmo e envolvimento com os espectadores; debatemos sobre temas pertinentes e atuais, influenciadores na formação pessoal; ao mesmo tempo que trabalhamos produção textual escrita e oral, bem como a leitura e interpretação de textos escritos, orais e imagéticos.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em suma, apesar do racismo ser um tema discutido há décadas, as manifestações racistas aparecem, inclusive, em ambientes públicos televisionados como jogos de futebol. Em contrapartida, os debates ganham espaço e a formação continuada do professor, pode ser uma ferramenta importante para alcançar a educação libertadora a que Freire se referia.

A partir de uma disciplina ofertada em curso de mestrado, podemos recalcular nossas propostas pedagógicas e elaborar um momento de debate e reflexões a respeito de vários temas que os discentes sentiram como importantes.

A adaptação do plano de aula para se trabalhar o gênero literário Seminário dialoga não só com as práticas pedagógicas discutidas na disciplina do mestrado mas também com as habilidades gerais da BNCC, inclusive, com a implementação da BNCC computacional, que espera que o aprendente tenha conhecimento holístico, conheça e desenvolva diversas linguagens.

Este relato de experiência expõe sobre diversos debates que podemos proporcionar em sala de aula com uma atividade relativamente simples e, principalmente, que a escola é o lugar de crescimento intelectual e de aprimoramento do senso de justiça e de respeito ao outro.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.645. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Governo Federal. **Base Nacional Curricular Comum: BNCC-APRESENTAÇÃO**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc> Acesso em: 29 set. 2022.

CARVALHO, Isabela Bastos de; CASTRO, Alexandre de Carvalho. Currículo, racismo e o ensino de língua portuguesa: as relações étnico-raciais na educação e na sociedade. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 133-151, 2017.

CÉSAR, Francisco Rômulo Mesquita; DE ARAÚJO, Maria Cibelle Moreira; DE MENEZES MOREIRA, Raimundo Nonato. Práxis pedagógicas de enfrentamento ao racismo no Ensino Médio. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 4, p. 1-9, 2021.

<https://ge.globo.com/rj/futebol/noticia/2022/08/24/casos-de-racismo-no-futebol-brasileiro- em-2022-igualam-numero-de-todo-o-ano-passado.ghtml> Acesso em: 19 set. 2022.

<https://www.gazetaesportiva.com/bastidores/veja-os-principais-casos-de-racismo-na-historia- recente-do-futebol-brasileiro/#foto=16> Acesso em: 19 set. 2022.

FERREIRA; Suiane Costa. APARTHEID DIGITAL EM TEMPOS DE EDUCAÇÃO REMOTA: ATUALIZAÇÕES DO RACISMO BRASILEIRO. *Interfaces Científicas*, Aracaju, V.10, N.1, p. 11 - 24. Número Temático - 2020. Disponível em:

<https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9045/4126> Acesso em: 29 set. 2022.

FRANCISCO JUNIOR, Wilmo Ernesto. Educação anti-racista: reflexões e contribuições possíveis do ensino de ciências e de alguns pensadores. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 14, p. 397-416, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MARTINS, Elcimar Simão. **Formação contínua e práticas de leitura**: o olhar do professor dos anos finais do ensino fundamental. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em:

[https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8596/1/2014\\_tese\\_esmartins.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8596/1/2014_tese_esmartins.pdf) Acesso em: 14 agos. 2022.

SANTOS, S. A. (Org.). Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC-SECAD), 2005.

SILVA, Geranilde Costa e. **Racismo, violência psicológica – Potencial causador de transtornos de estresses pós-traumático**. Capoeira – Revista de Humanidades e Letras ISSN: 2359-2354 Vol. 5 | Nº. 2 | Ano 2019.

QUADÉ, Domingos Malú; MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisangela André da Silva. Educação socioambiental e sustentabilidade: diálogo entre a Unilab e uma usina de beneficiamento de cana-de-açúcar em Redenção, Ceará, Brasil - p. 92 a 112.

**Sociobiodiversidade, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade: experiências, limites e possibilidades** / Antônio Roberto Xavier, Meiriane da Silva Pinheiro, Luís Filipe Sá Pereira (Org.). Fortaleza: Imprece, 2020.